

**ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES
DO SENADO FEDERAL E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Nº 1, DE 2022**

Institui Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, e o PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais, e

Considerando que o Poder Público, em suas diferentes dimensões, é um dos maiores litigantes judiciais do país, conforme demonstra a mais recente edição do relatório “Justiça em Números”, do Conselho Nacional de Justiça;

Considerando que o Poder Público possui diferentes ritos e procedimentos de contencioso administrativo, com teses frequentemente divergentes, que acabam por alimentar a judicialização excessiva das discussões em matéria de Direito administrativo, previdenciário e tributário;

Considerando as bem-sucedidas experiências nas comissões de juristas anteriormente criadas no âmbito do Congresso Nacional para revisão da legislação vigente;

Considerando que as contribuições oriundas de comissão de juristas possuem expressa previsão regimental, com o tratamento previsto no parágrafo único do art. 374 do Regimento Interno do Senado Federal,

RESOLVEM:

Art. 1º Instituir Comissão de Juristas com a finalidade de apresentar anteprojetos de proposições legislativas tendentes a dinamizar, unificar e modernizar o processo administrativo e tributário nacional.

Parágrafo único. No desempenho da atribuição prevista no *caput*, a comissão de juristas deverá buscar as seguintes diretrizes:

I – garantia dos princípios do devido processo legal, da razoável duração do processo, da eficiência, da segurança jurídica, proteção da confiança e do impulso oficial;

II – parâmetros para a autocomposição extrajudicial com vistas à redução de litígios;

III – parâmetros para a consolidação de teses a serem observadas pela Administração Pública;

IV – parâmetros para submissão ao Poder Judiciário das teses fixadas na seara do contencioso administrativo e tributário;

V – definições processuais e procedimentais que simplifiquem o contencioso administrativo e judicial tributário e favoreçam sua sistematização, padronização de ritos e unificação de entendimentos;

VI – definições processuais e procedimentais que, na medida do possível, sejam aplicáveis ao contencioso administrativo em matéria de Direito Administrativo Direito Tributário.

Art. 2º A Comissão de Juristas prevista no art. 1º terá a seguinte composição:

- I. Regina Helena Costa, ministra do Superior Tribunal de Justiça, que a presidirá;
- II. Valter Shuenquener de Araújo, que atuará como relator para o tema processo administrativo;
- III. Marcus Lívio Gomes, que atuará como relator para o tema de processo tributário;
- IV. Bruno Dantas Nascimento, ministro do Tribunal de Contas da União;
- V. Júlio Cesar Vieira Gomes;
- VI. Gustavo Binenbojm;
- VII. Andre Jacques Luciano Uchôa Costa;
- VIII. Adriana Gomes Rego;
- IX. Valter de Souza Lobato;
- X. Alexandre Aroeira Salles;
- XI. Aristoteles de Queiroz Camara;
- XII. Patricia Ferreira Baptista;
- XIII. Flávio Amaral Garcia;
- XIV. Caio César Farias Leôncio;
- XV. Maurício Zockun;
- XVI. Leonel Pereira Pittzer;
- XVII. Ricardo Soriano de Alencar;

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos será de 180 dias, a contar da instalação da Comissão.

Parágrafo único. A Comissão elaborará regulamento para disciplinar os seus trabalhos, inclusive o rito de votação de emendas e destaques e o recebimento de sugestões da sociedade civil.

Art. 4º A participação da referida Comissão de Juristas não será remunerada a nenhum título, constituindo serviço público relevante prestado ao Senado Federal.

Art. 5º As despesas logísticas necessárias ao funcionamento da Comissão serão custeadas pelo Senado Federal, à conta da mesma rubrica orçamentária destinada ao funcionamento das comissões, incluindo transporte, hospedagem, publicações e outras despesas necessárias ao regular funcionamento da comissão.

Art. 6º A Comissão de Juristas prevista no art. 1º terá seus trabalhos secretariados pelo órgão próprio da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal e contará com o apoio técnico da Consultoria Legislativa do Senado Federal, da Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do Supremo Tribunal Federal e do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça.

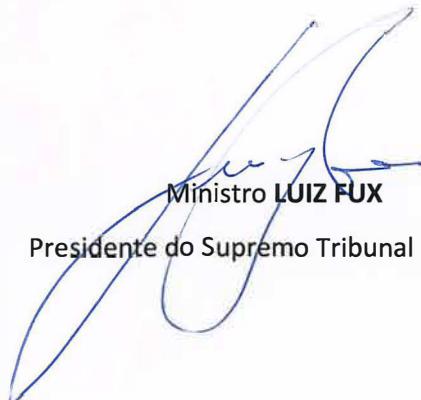
Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 23 de fevereiro de 2022.



Senador **RODRIGO PACHECO**

Presidente do Senado Federal



Ministro **LUIZ FUX**

Presidente do Supremo Tribunal Federal